Turma A – Valor de zero a dez
Avaliação Bimestral (1a Prova)
Data de entrega: 1º/10/2019

Nome: _____ Ass.: _____
Nota: _____

1) CASO: João, funcionário público, é aposentado por idade desde 05 de janeiro de 2014, data de seu aniversário. Seu estado civil é viúvo porque sua 1ª esposa, Isabelli, faleceu em 2010 em decorrência de um câncer. João e Isabelli eram casados sob o regime da comunhão universal desde 24 de março de 1976, não havendo pacto antenupcial. João e Isabelli tiveram 2 filhos: Isabel de 37 anos de idade e Marcos, com 40 anos de idade. Marcos é interditado, desde 21 anos de idade, por ter uma doença mental degenerativa. O processo de inventário e partilha foi iniciado, e ainda tramita na 1ª vara de Família e Sucessões de Ribeirão Preto, último domicílio do casal. Em março de 2013, João passou a conviver com Joana, esta na época tinha 27 anos de idade. Ocorre que João e Joana pretendem se casar em abril de 2015, portanto, em 06 de outubro de 2014 iniciaram o processo de habilitação. Dirigindo-se ao 1º Oficial de Registro Civil do domicílio dos nubentes, este se negou a celebrar o casamento por constatar uma causa suspensiva.

Diante do exposto, pergunta-se:

OBS: Lei do Divórcio – Lei n. 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (sem *vacatio)*; Código Civil – Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, em vigor desde 10 de janeiro de 2003; e a Lei n. 12.344, de 09 de dezembro de 2010, que "*Altera a redação do inciso II do art. 1.641 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para aumentar para 70 (setenta) anos a idade a partir da qual se torna obrigatório o regime da separação de bens no casamento.*"

1.1) Em que consiste a causa suspensiva diagnosticada pelo 1º Oficial de Registro Civil do domicílio dos nubentes? Justifique de forma fundamentada sua resposta. (2 pontos)

1.2) No caso narrado, o Ministério Público deve atuar no processo de habilitação para o casamento de João e Joana? Fundamente sua resposta. (2 pontos)

1.3) João e Joana podem optar pelo regime supletório? Explique e fundamente sua resposta. (2 pontos)

1.4) É possível sustentar a existência de uma entidade familiar entre João e Joana? Explique e fundamente sua resposta. (2 pontos)

2) O reconhecimento das famílias simultâneas é controverso na doutrina e na jurisprudência. Explique os fundamentos favoráveis e contrários ao reconhecimento jurídico das famílias simultâneas. Explique quais são as consequências quando se reconheça as famílias simultâneas? (2,0 pontos)